

A PRODUÇÃO CULTURAL E LITERÁRIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE NA DÉCADA DE 1960

A CULTURAL AND LITERARY PRODUCTION IN THE PARANAENSE STUDENT MOVEMENT IN THE DECADE OF 1960

LA PRODUCCIÓN CULTURAL Y LITERARIA EN EL MOVIMIENTO DE ESTUDIANTES PARANAENSES EN LA DÉCADA DE 1960

BRAGGIO, Ana Karine¹ 

FIUZA, Alexandre Felipe² 

RESUMO

Este texto analisa a produção cultural levada a cabo pelo movimento estudantil paranaense, tanto por meio do vínculo aos trabalhos nacionais do Centro Popular de Cultura como pelo movimento estudantil nacional, contribuindo com a história da educação. A metodologia da pesquisa aqui desenvolvida aliou o exame da bibliografia sobre o tema à análise da extensa documentação produzida pelas Delegacias ou Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), principalmente, na DOPS do Paraná. Objetiva-se, ainda, neste trabalho, identificar a produção cultural dos estudantes, que se relaciona à produção literária, contextualizando-a em meio aos principais objetivos e bandeiras inerentes ao movimento estudantil.

Palavras-chave: Movimento estudantil. DOPS. Produção cultural.

ABSTRACT

This text analyzes the cultural production carried out by the student movement of Paraná, both through the link to the national works of the Popular Culture Center and the national student movement, contributing to the history of education. The research methodology developed here combined the examination of the bibliography on the subject with the analysis of the extensive documentation produced by the Political and Social Order Department (DOPS), mainly in the DOPS of Paraná. The objective of this work is to identify the cultural production of students related to literary production, contextualizing it among the main objectives and flags inherent to the student movement.

Keywords: Student movement. DOPS. Cultural production.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender las características del proceso de descentralización de la financiación de las políticas. Este texto analiza la producción cultural llevada a cabo por el movimiento estudiantil de Paraná, tanto desde el enlace a las obras nacionales del Centro de Cultura Popular como al movimiento estudiantil nacional, contribuyendo con la historia de la educación. La metodología de investigación desarrollada aquí combinó el examen de la bibliografía sobre el tema con el análisis de la extensa documentación producida por las Delegacias o Departamentos de Orden Política e Social (DOPS), principalmente en el DOPS de Paraná. El objetivo de este trabajo es identificar la producción cultural de estudiantes relacionada con la producción literaria, contextualizándola en medio de los principales objetivos y banderas inherentes al movimiento estudiantil.

Palabras clave: Movimiento estudiantil. DOPS. Producción cultural.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Paraná – Brasil

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Paraná – Brasil

INTRODUÇÃO

Os Centros Populares de Cultura (CPCs), vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao movimento estudantil paranaense, na década de 1960, realizaram inúmeras experiências com gêneros literários, seja em contos publicados em jornais estudantis, seja na produção de textos teatrais, letras de canções e poesias. Podemos perceber, ainda nessa produção cultural, as atividades cinematográficas, presentes no filme *Cinco Vezes Favela* (1962), que reuniu cinco curta-metragens exibidos em inúmeras cidades brasileiras, inclusive, em Curitiba. Portanto, o CPC se valeu da literatura em seus mais diversos gêneros, como foi o caso dos textos teatrais, poesias, coletâneas, contos e letras de canções, feiras de livros, objetivando um processo de dinamização cultural e conscientização política.

Por conseguinte, a literatura era tomada como representativa do que a oposição aos governos, seja os de cunho autoritário, ou os ditos democráticos, pensava sobre o universo da cultura e como poderia romper com o *status quo*, produzindo um discurso contra-hegemônico. Ainda que se reportando ao caso argentino, os autores asseveram sobre a importância da cultura, nesse sentido:

Por lo tanto, la cultura comprende los aspectos nacionales, pero entendidos como una dimensión simbólica relacionada a los procesos de producción material y reproducción social. En esta perspectiva, la cultura es una construcción significativa mediadora en la experimentación, comunicación, reproducción y transformación de un orden social dado. (INVERNIZZI e GOCIOI, 2003, p. 22).

O início da década de 1960 foi marcado por uma efervescência política aguçada, sendo potencializada com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a conturbada posse de seu vice, João Goulart, que, por sua vez, teria um papel importante no apoio aos movimentos de educação popular e à UNE. Apesar das críticas ao populismo subjacente à produção do CPC e dos demais trabalhos desenvolvidos no interior do movimento estudantil, há um componente subversivo e necessário nas experiências ali desenvolvidas:

[...] tanto nos adeptos do nacional-popular (rotulados pelos adversários de *populistas*), como nos tropicalistas, que só não eram populistas se esse termo for sinonimizado à “manipulação do povo” ou ao nacionalismo dos movimentos adeptos do nacional-popular, no seio dos quais os tropicalistas nasceram e contra os quais viriam a insurgir-se; mas o tropicalismo veio a desenvolver suas próprias idéias de nação, de Brasil, de povo brasileiro, incompreensíveis fora da cultura política da época (RIDENTI, 2000, p. 287, grifo do autor)³.

Nesse meio, os intelectuais do CPC do Paraná derivam das ações desses intelectuais brasileiros em âmbito nacional, que tinham por proposta a revolução política, social, cultural, econômica e educacional. Esses grupos pretendiam e se colocavam como organizadores da cultura

³ Outras referências sobre o CPC a se destacar: BARCELOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980; além de uma extensa produção acadêmica recente, que foge ao escopo deste artigo.

popular, apresentando as necessidades de transformação social e a valorização da ação do povo, para atuar e mudar a História.

Ao tratar da ideia de “revolução”, que permeou o palco político e estético da classe artística e intelectual brasileira, entre o Golpe de 1964 e seu endurecimento, a partir do decreto do Ato Institucional nº. 05 (13/12/1968), também pondera Marcelo Ridenti (2000, p. 44) sobre esses grupos: “[...] inspiravam-se na revolução cubana ou na chinesa, outros mantinham-se fiéis ao modelo soviético, enquanto terceiros faziam a antropofagia do maio francês, do movimento hippie, da contracultura, propondo uma transformação que passaria pela revolução nos costumes.”

Logo, com um recorte temporal, na década de 1960, principalmente no período pré-ditatorial, será objeto de escrutínio deste artigo as principais bandeiras dos estudantes paranaenses, bem como seus vínculos e similaridades com experiências dos estudantes dos outros estados, ou ainda pela relação orgânica inerente à UNE e ao CPC. O exame da documentação oficial produzida e armazenada pela DOPS é fundamental, pois reúne a produção de seus agentes, mas também acabou por ser guardião de uma documentação dos estudantes, praticamente inexistente nos seus próprios órgãos institucionais.

Uma recorrência em diferentes polícias políticas nacionais é a preocupação com a literatura. Sempre tomada como veículo de promoção de outras leituras da realidade, por vezes não-oficiais, a literatura, além de ser observada pelos serviços de Censura, também era frequentemente abalizada como prova de atividades subversivas, tanto do escritor como das pessoas que estivessem em posse de determinado livro. As DOPS foram criadas no início da década de 1920, no Brasil, e, atualmente, com sua documentação espalhada por inúmeros Arquivos Públicos, constam inúmeras obras recolhidas como provas, seja em livros originais, seja em fotocópias.

O processo de pesquisa abrangeu, além do exame da bibliografia sobre o tema, o levantamento e análise das fontes documentais presentes no arquivo da DOPS do Paraná, sendo que tais fontes são de grande valia para a história da educação. À primeira vista, parece um paradoxo eleger documentos policiais para a temática ora abordada, porém, é preciso frisar que, para analisar a história da educação, não existem significativas fontes em posse das organizações estudantis e de outras instituições, por sua vez, capazes de contribuir à explicação das dinâmicas internas de cada problema educacional e da decorrente atuação estudantil.

No acervo da DOPS do Paraná, é possível encontrar documentos que foram selecionados e armazenados por agentes da polícia política, desde a década de 1920, os quais foram por nós classificados em três grupos, de acordo com a natureza de produção. Existem os produzidos pela polícia política, em que se encontram documentos, como o relatório que aqui citamos, e também informes, ofícios expedidos e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão, inquéritos, e fotografias. Há os produzidos pelos indivíduos ou instituições/grupos/entidades que estavam sob vigilância, os quais foram arquivados pelos agentes da DOPS, como os jornais, textos de peças teatrais, panfletos e manifestos estudantis, que aqui utilizamos, e também cartazes, flâmulas, estatutos de centros acadêmicos, constituição da entidade

estudantil, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes e revistas estudantis. E, por último, mas não menos importante, encontram-se os documentos produzidos por terceiros, como a Imprensa, em que estão os recortes de jornais e revistas, que, neste artigo, não utilizamos, mas geralmente costumamos utilizar em nossas pesquisas que envolvem o arquivo da DOPS.

A PRODUÇÃO CULTURAL E A IMPRENSA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE

Avaliando o histórico do movimento estudantil paranaense, o avanço do processo organizativo da entidade foi acentuado no ano de 1962, principalmente com a organização do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, com a Greve do 1/3 e com a aproximação das lutas dos trabalhadores. Por sua vez, a Greve do 1/3 foi uma greve geral nacional, decretada pela UNE, no dia 01 de junho de 1962, depois de esgotado o prazo estipulado pela entidade para que as faculdades entregassem seus estatutos reformados ao Conselho Federal de Educação, contendo aí a inclusão da proporção de 1/3 de participação dos estudantes nos órgãos colegiados de administração da universidade, seja nos Conselhos Universitários, seja nas Congregações e nos Conselhos Departamentais. Significava, portanto, que, a cada dois professores nos órgãos diretivos, deveria haver um estudante com voz e voto. Vale ressaltar que, de acordo com os documentos arquivados na DOPS/PR, essa greve no estado do Paraná teve início em meados do mês de maio de 1962, ou seja, antes mesmo de ser decretada a greve nacional.

Na década de 1960, a ideologia que caracterizou o movimento, isto é, o “[...] significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 1991, p. 16), esteve alicerçada na luta pela democratização da Universidade, que só seria possível com uma Reforma Universitária nos moldes almejados pelos estudantes.

Os estudantes paranaenses, representados pela União Paranaense de Estudantes (UPE), vislumbravam na Reforma Universitária uma mudança coerente com seus princípios e problemas, como se vê no Manifesto elaborado após a deflagração da greve geral do 1/3:

Empunhando a bandeira da Reforma Universitária e lutando na prática para a conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca. Chegamos à conclusão que só através da unidade de luta do movimento estudantil em torno de reivindicações concretas, poderemos iniciar a Reforma Universitária, nosso objetivo supremo. (UPE, [1962], n. p.)

A reforma universitária era o “objetivo supremo”, a saber, o significado mais alto da filosofia do movimento, sendo, segundo o que expõe o editorial do jornal estudantil *Flâmula*, uma reivindicação

justa e honesta, por significar a elevação do padrão de ensino no Estado do Paraná. Tal reivindicação, segundo o movimento estudantil, ninguém deve:

[...] se atreve[r], nos dias atuais, a negar a necessidade imperiosa e inadiável de uma Reforma Universitária. Para a própria sobrevivência da nação, as suas escolas precisam formar os profissionais que o desenvolvimento nacional está a exigir. Para a afirmação do seu próprio conceito de país democrático, o Brasil precisa abrir as portas das suas Universidades, aos que agora, inutilmente, lutam por uma oportunidade de habilitar-se para melhor servi-lo. (UNE, UPE, DCE da UP, et al., 1962, n. p.).

Nesse período, princípios da década de 1960, estava ocorrendo um aprofundamento da visão crítica dos estudantes sobre a universidade brasileira, não se restringindo apenas a seus interesses particulares, mas a uma necessidade da nação e de seu desenvolvimento. O jornal *Flâmula* foi uma das táticas utilizadas pelos dirigentes do movimento estudantil, a fim de conscientizar as bases para a necessidade de luta. O diretor literário do jornal, o estudante Romão Silva, era o responsável de, no mês de junho de 1962, efetivar o *I Encontro Paranaense de Literatura Universitária*, propiciando cumprimento às programações reformistas e que diziam respeito à melhoria do padrão universitário paranaense e brasileiro “[...] em que os intelectuais universitários participariam concreta e ativamente da “[...] fase de transição por que atravessamos [...]”, acreditando na possibilidade de:

[...] acelerar ainda mais o panorama histórico brasileiro, pois que a influência dos intelectuais moços tem a determinante positiva de levar politização e conscientização aos estudantes menos apercebidos do desenvolvimento enfrentado pelo Brasil, bem como dos estudantes partícipes desse processo. (JORNAL FLÂMULA, 1962, n. p.)

Como definem em outra matéria, e no mesmo jornal, é de real importância que se “[...] atinja os objetivos da reforma universitária, devendo desenvolver o programa de ensino nos moldes ditados pela citada reforma, a u.n.e. batalha no sentido de uma politização e conscientização nos novos universitários” (JORNAL FLÂMULA, 1962, n. p.). Assim, o *I Encontro Paranaense de Literatura Universitária*, que só aconteceria um mês depois da publicação desse jornal estudantil, deveria servir como meio de mobilização e conscientização da camada estudantil. Não se encontrou material comentando sobre como foi a realização do encontro literário, mas, nesse mesmo jornal, há resquícios de sua proposta.

Não era unicamente o Encontro que revelaria o interesse e engajamento do movimento estudantil paranaense pela Literatura; nas páginas finais do referido jornal, existia uma coluna intitulada *Cultura Literária*, que trazia diferentes contos, histórias e versos, mas todos carregados com a mesma moral, a de ter e produzir consciência política. A título de ilustração, o primeiro conto, escrito pelo diretor do jornal, Vicente de Paula Ataíde, chamava-se *Duas horas*, no qual um trabalhador ervateiro conta sua história, na busca de entender o motivo de trabalhar para os outros. Ele explica como se sente, questiona o mundo, a vida, o sentido de viver para trabalhar e dar satisfação aos patrões; finaliza comparando o frio que faz no interior de sua casa com a falta de ação dos homens por

mudanças sociais, que desejam e pensam em mudanças, que querem se livrar da exploração, mas ficam em silêncio e não socializam suas ideias para colocá-las em prática: “[...] o inferno desta casa fria é a quietude de todos os lados. Se conversa só no fundo da cabeça. Não quero acreditar em mim mesmo. Mas eu gostaria de fugir. Fazer fugir os outros, que são pobres diabos [...]” (ATAIDE, 1962, n. p).

Outro texto digno de nota é um poema com o título *Novos Rumos*, que também assevera a necessidade de reunir forças para lutar pelos que sofrem, para que, um dia, tenham novos rumos (R.S., 1962, n. p.). Outra produção literária conta a *História do Zé*, que seguiu o mesmo caminho de seu pai e, durante a vida toda, foi um exemplar funcionário de uma fábrica, que mal conseguia sustentar sua família; assim, viveu e morreu na miséria, sem dinheiro até mesmo para comprar um caixão, que teve de ser adquirido pelos vizinhos (JORNAL FLÂMULA, 1962, n. p.). Portanto, manejam-se, aqui, contos com características recorrentes nos movimentos sociais brasileiros, que é a explicitação da miséria, da exploração e da injustiça social, presentes na má distribuição de renda. Foi essa preocupação da classe trabalhadora do campo e da cidade que contribuiu para o advento de sociedades de socorro mútuo, que desembocaram em inúmeros sindicatos de trabalhadores.

No sentido de conscientizar os estudantes, os universitários paranaenses, como intelectuais orgânicos em formação, estavam aparentemente maleáveis para trabalhar com diversos meios de propagação da cultura, o que caracterizava, em essência, o CPC, vinculado à UNE. Pela arte, buscavam produzir reações críticas, pois, segundo o estudante Sérgio Rubens Sossela, na matéria *Apontamentos Críticos*, toda e qualquer obra, seja ela “[...] um conto, novela, poesia, romance, ensaio, história ou teatro” é passível de análises (SOSELA, 1962, n. p.). Na perspectiva desse estudante, quanto mais desenvolvida a cultura e a sensibilidade do olhar analítico, mais considerações poderiam ser estabelecidas com a obra analisada, tais como:

[...] situando-a na história; classificando; distinguindo o gênero a que pertence; mostrando implicações psicológicas; estudando o certo ou o errado no manejar dos personagens; medindo e pesando a estrutura; o colorido; o ambiente; a relação e afinidade entre as palavras do poema; o conteúdo psicológico das palavras-motrizes; a sinceridade da obra histórica; denunciando a falsa cultura; apontando valores novos [...] (SOSELA, 1962, n. p.).

Sendo assim, num contexto de articulação entre a cultura e a política, o movimento estudantil paranaense incorporou a arte como um meio de comunicação para promover a conscientização popular, buscando uma possível transformação social. De acordo com Caldas (2003, p. 27), tal processo foi resultado dos debates sobre a função social da arte, que orbitava no campo do nacional-popular, no final da década de 1950, possuindo como objetivo o empenho na “[...] na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo”.

Pode-se dizer, com base na mesma autora, que as propostas para solução das demandas do movimento, nos anos iniciais de 1960, apoiavam-se na relação entre arte, educação e política, usando como instrumentos de comunicação com o povo, com os trabalhadores e com suas bases, a literatura,

o teatro político e a alfabetização popular, objetivando uma unificação social para atingir a reforma universitária e a defesa da democratização da universidade. Como assevera Toledo (2004, p. 19), ao tratar das atividades cepecistas:

o movimento estudantil – através de sua representação maior, a UNE e as UEEs – teve atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o ME buscava associar-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; através de caravanas que percorriam o país, eram exibidas peças teatrais e divulgadas músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo etc.

Há poucos indícios nos dossiês da DOPS/PR e na hemeroteca digital sobre o uso político que o movimento estudantil paranaense possa ter feito do teatro e da alfabetização popular. Mas, como já apresentou Caldas, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964) encontros e desencontros entre arte, educação e política*, do ano de 2003, o teatro no Paraná foi utilizado numa dimensão educativa para discutir os problemas sociais e mobilizar o povo a lutar por mudanças.

Não é possível ter clareza se o movimento paranaense fez uso das peças teatrais ou se as deixou a cargo somente do CPC do Paraná, que, apesar de contar com participação de estudantes, não é considerado um movimento estudantil, mas um movimento cultural, o qual, supostamente, serviu de apêndice à UPE e à UNE. A peça *Auto dos 99%*, contida no dossiê do CPC, provavelmente tenha sido apresentada pelo CPC do Paraná, considerando a necessidade de adaptação, após ter sido inaugurada pela primeira vez no *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que aconteceu em Curitiba, em 1962, visto que, em sua página inicial, possui a informação de que foi escrita pela equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná (EQUIPE DE REDAÇÃO DO CPC DA UNE, 1962, n. p.)

Segundo Caldas (2003), a peça original, nos moldes escritos pela redação do CPC da UNE, foi apresentada duas vezes durante o II Seminário; uma, no auditório da reitoria da UFPR, e outra, no Teatro Guaíra, sendo a peça que expressou o conteúdo fundamental do Seminário da Reforma Universitária, criticando que 99% da população encontrava-se à margem do ensino superior. Assim, definia-se a programação do Seminário, destacada por Caldas, com base em um informe da imprensa:

Ontem à noite apresentou-se, às 20 horas no Colégio Estadual do Paraná, o Centro Popular de Cultura e a UNE Volante. Após exposição geral sobre o que fazem, foram apresentados dois filmes pelo CPC: "Arraial do Cabo" e "Cinco vezes favela", e ainda apresentada a Canção do Subdesenvolvido. Para a sexta feira, às 20h30hs, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, está programada a apresentação de peças do CPC aos participantes do Seminário, e líderes sindicais de Curitiba, especialmente convidados. As peças serão "Auto dos 99%" e a "Miséria ao alcance de todos". No sábado acontecerá a apresentação pública das peças no teatro Guaíra. (SEMINÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1962 apud CALDAS, 2003, p. 76).

Como comentado anteriormente, o *Auto dos 99%* não foi a única peça apresentada; as duas histórias da *Miséria ao alcance de todos* também são voltadas para questões políticas nacionais, não só de interesse dos estudantes, mas de toda a população. O *Auto dos 99%*, escrito por Armando Falcão e Oduvaldo Vianna Filho, de 1962, apresenta uma história do acesso ao ensino superior brasileiro, do período do Império até a década de 1960, e, apesar de se centrar nesse tema, tocava em questões sociais, destacando fatos históricos com humor e ironia. Também, abordava temas prementes para o movimento estudantil, como a inadequação da Universidade ao contexto excludente da sociedade brasileira ou a questão das cátedras. Criticava, no texto, como as classes dominantes não somente tinham acesso facilitado ao ensino superior, mas também impunham ao país uma Universidade com estrutura arcaica e desligada dos temas de interesse da Nação.

Os movimentos estudantis sempre estiveram maleáveis a trabalhar com diversos meios de propagação da cultura popular. Um dos meios utilizados foi o Departamento de Teatro do CPC do PR. Além desse departamento, também criaram, com essência educativa, o Departamento de Alfabetização Popular e o Teatro de Bonecos, como se vê na FIGURA 1 - Recorte Tribuna do Paraná, 2 de junho de 1967 -, a propaganda do ótimo desempenho que o *Teatro de Bonecos Dadá* obteve em meio à classe trabalhadora. Dessas companhias, fizeram parte artistas, estudantes e educadoras recém-formadas.

Figura 1 – Recorte Tribuna do Paraná 2 de junho de 1967



Fonte: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Centro Popular de Cultura*, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

A arte teatral do CPC do PR, na dimensão educativa, no período de 1961 a 1964, demonstrou ser um movimento de politização-cultural, objetivando, por meio da alternativa da cultura popular, que

se opõe à cultura elitista, realizar uma mobilização do povo, buscando conscientizá-lo enquanto nação e como passíveis de produzirem mudanças sociais. A renovação teatral brasileira estava baseada na referência ao Teatro da Arena⁴, orientada pela valorização dos autores nacionais e pela formação e ampliação de um público comprometido com a função social da arte.

Outro exemplo vem da peça teatral *A história do Formiguinho*, uma precisa crítica à necessidade da Reforma Agrária, que defendia que esta só se concretizaria com a união e luta da população, já que ela não era do interesse das forças jurídicas e legislativas, nem da burguesia brasileira e do capital internacional. Por sua vez, *Brasil – versão brasileira* aponta dois empecilhos das mudanças sociais, criticando o envolvimento de empresas estrangeiras no Brasil, bem como as atitudes extremistas e incertas dos sindicalistas, que se nomeiam comunistas, apenas por lutar contra algo que eles não sabem definir, pois, na concepção desses estudantes, não teriam objetivos claros e definidos, como deveria ter um verdadeiro comunista. Essas duas peças foram encenadas no // *Seminário Nacional da Reforma Universitária*, não só para conscientizar os estudantes, mas também os trabalhadores que estavam presentes. Pode-se observar, no excerto acima, extraído da dissertação de Caldas e nos documentos encontrados pelos autores deste texto, que também se fizeram presentes, durante o Seminário, os líderes sindicais e outros indivíduos especialmente convidados para assistir à apresentação.

A participação dos trabalhadores, para o movimento estudantil, estava além da questão de desenvolver o princípio de articulação externa e ampliar força social para suas reivindicações estudantis. Em relatório sobre a *situação política e social do Estado do Paraná*, abrangendo a segunda quinzena de janeiro de 1962, a DOPS/PR já apontava o entrosamento que a Aliança Operária Estudantil estava tentando desenvolver com os homens da lavoura e, no relatório do mês de fevereiro, comentava que a *Casa do Estudante Universitário* foi liberada para hospedar trabalhadores do interior do estado, participantes do II Congresso dos Trabalhadores, a ser realizado em março (DOPS, 1962, n. p.).

A tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era, para os intelectuais universitários, assim como expõe Gramsci, uma preocupação de formar pessoas de visão ampla e complexa, para a função de governar em uma futura nova sociedade, com interesses coletivos e não individuais ou circunscrita a pequenos grupos (NOSELLA, 2004). Assim, a classe operária deveria ser sua aliada natural de luta, pois:

[...] não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade. (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p. CXI, grifo do autor).

⁴ Tal perspectiva teatral e estética, ainda que não frequentemente mencionada pela historiografia, vinha ancorada também no desenvolvimento de um teatro engajado e experimental, inaugurado pelos trabalhos do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, por Abdias do Nascimento. Por sua vez, o TEN nasce dos contatos com o Teatro do Estudante do Brasil (TEB), fundado em 1938, mas voltado à interpretação de textos clássicos.

Nesse sentido, está imbricada a cultura desinteressada, que os universitários recebem, como responsável pela função processual de transformação social, visto que ela assume significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, interessando a todos os homens e cooperando para que novos grupos e novos indivíduos se incorporem ao processo hegemônico, além de garantir a concretização de uma concepção do mundo, incontestável para renová-la (JESUS, 1989). Desse modo, os movimentos estudantis, nacional e estaduais, num manifesto dirigido aos estudantes e ao povo, em 1962, afirmam a importância da educação:

Foi em nossas Faculdades, apesar de tudo, nessas muitas oficinas de tédio e superficialismo, que aprendemos dos mestres, hoje voltados contra nossas reivindicações, o sentido comunitário da Universidade; professores e alunos identificados na tarefa comum da elaboração cultural, da pesquisa científica, da habilitação técnica, da conscientização social [...] (UNE, UPE, DCE da UP, et al., 1962, n. p.).

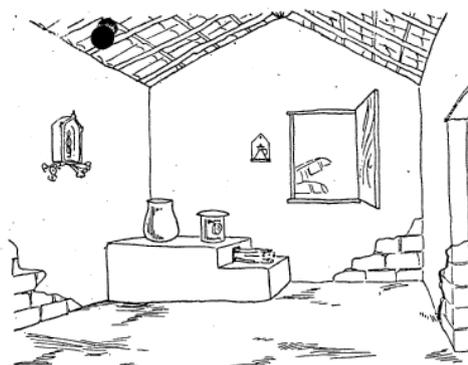
Rebelando-se para defender uma universidade para o povo, o movimento tinha a convicção de conscientizá-lo e lutar com ele para melhorar a realidade brasileira, de forma que fosse capaz de sustentar sua independência econômica e política. Nesse sentido, existe, no dossiê da DOPS sobre o CPC, uma cartilha intitulada *Uma Família Operária: Manual de Alfabetização para Adultos e Adolescentes*, com coordenação técnica de Marilda Trancoso e ilustrações de Luano, produzida em Belo Horizonte, no ano de 1962, que traz pequenos textos, frases e imagens condizentes com a realidade do contexto de vivência de homens trabalhadores. Apresenta fragmentos como este, como é possível conferir, a seguir, na FIGURA 2 – Cartilha Uma Família Operária: “olhem para este barraco. É o barraco de Tomé e Ana. O barraco é de adobe. O chão do barraco é de taco? Não. O chão do barraco é de terra.” (CPC, 1962, p. 10). Contudo, apesar de ter sido arquivada no Paraná, não traz nenhum indício de que tenha sido utilizada pelo movimento estudantil paranaense, ou pelo CPC do Paraná. Apesar de não termos indícios do uso desse material didático no Paraná, a cartilha foi arquivada pela DOPS/PR e é indicativa do trabalho desenvolvido pelo movimento estudantil também no gênero textual, para fins didáticos. Tal produção didática nitidamente se nutria do método Paulo Freire e é reveladora das ações dos estudantes no campo educativo.



15ª Lição

Tomé e Ana têm mais dois filhos pequenos.
 Olavo e Regina são os dois menores.
 José, o filho mais velho, é operário.
 Tomé também é operário.
 José trabalha na fábrica de tecidos.
 O trabalho do operário enriquece o país.

- 46 -



5ª Lição

Olhem para este barraco.
 É o barraco de Tomé e Ana.
 O barraco é de adobe.
 O chão do barraco é de taco?
 Não. O chão do barraco é de terra.

- 10 -

Figura 2 – Cartilha Uma Família Operária

Fonte: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Centro Popular de Cultura*, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

O movimento estudantil paranaense, além de se preocupar com o projeto cultural, também estava buscando conscientizar politicamente suas bases, fortalecendo o princípio articulatório interno. Para tanto, fez uso de práticas de difusão da ideologia, voltadas para politização dos estudantes, principalmente, por meio de congressos, reuniões, greves, manifestos, atividades artísticas, panfletos e jornal. Como pano de fundo ou como estratégia de propaganda, a Literatura também era um componente inerente aos processos de conscientização, como afirmamos anteriormente, presente na produção cultural cepecista e em alguns trabalhos desenvolvidos pelos movimentos estudantis.

Um movimento social, para difundir sua ideologia, necessita, além de força social externa, fortalecer as articulações com suas bases, realizando um reagrupamento entre as categorias de análise, apontadas por Gohn (2011); pode-se dizer que, para isso, o movimento precisa ter três elementos, que aglutinem e justifiquem seu repertório de ações coletivas, sendo: bases demandatárias, lideranças e articulação interna. Transportando esses elementos para o movimento estudantil, tem-se, nas bases demandatárias, as necessidades e carências dos estudantes, responsáveis pela mobilização para a luta e a supressão da demanda. Nas lideranças, há os representantes do

movimento, que são os estudantes, os quais tomam a frente da luta, atuando como veículos de expressão e portadores das mensagens e ideologias do movimento. Na articulação interna, está a força motriz para as práticas do movimento, visto que as reivindicações não são lutas estabelecidas pelos líderes para benefício próprio, mas para melhoria das condições da camada estudantil.

Para politizar a camada estudantil, os líderes do movimento paranaense desenvolveram táticas diversas, inclusive, envolvendo o tradicional trote universitário, considerada a maior festa universitária. Diferentemente da década anterior, tal evento passou a ser carregado de caráter político, envolvendo calouros, veteranos e a população local. Eram organizados, pela UPE e pelos Diretórios Acadêmicos, desfiles dos calouros pelas ruas da cidade de Curitiba, que competiam entre seus diretórios, ganhando notas de uma comissão que avaliava “[...] crítica, grupo, carro, caracterização masculina, caracterização feminina, [e] conjunto [...]” (JORNAL FLÂMULA, 1962, n. p.), para, no dia posterior, durante o baile do calouro, ganharem prêmios, como troféus e medalhas. Era uma espécie de evento que lembrava a organização do Carnaval, assemelhada ainda à murga uruguaia, reunindo uma multidão para prestigiá-lo. Porém, na década de 1960, o caráter cômico e irônico do desfile era necessariamente desenvolvido sobre os problemas políticos e sociais do estado, da nação e de assuntos internacionais. Segundo matéria do jornal *Flâmula*:

[...] as críticas foram perfeitas. Desenhos e dizeres afins numa proporção exata da situação universitária e seu estado de revolta contra os poderes opressores ou não condizentes com o desejo reformista e revolucionário que vive em todo espírito estudantil. Por isso mesmo o trote geral do calouro é medida vitoriosa, e quem o adota, diretório ou centro acadêmico, vive a intensidade do instante de transição porque passa o Brasil [...]. (JORNAL FLÂMULA, 1962, n. p.).

O caráter político do trote baseava-se na ideologia da reforma universitária, apontando a preocupação da UPE de conscientizar as suas bases. Era uma atividade que buscava permitir ascender os mais novos universitários para a concepção do mundo da luta estudantil, de modo coerente e homogêneo, que não fosse ocasional e desagregado. Essa atitude preparava os estudantes, assim como Gramsci assevera, mas também preparava os trabalhadores, objetivando uma participação ativa e consciente da produção histórica do mundo, que fosse uma concepção de mundo unitária, possibilitando atingir um pensamento mais desenvolvido (MOCHCOVITCH, 1992).

O CPC E A PRODUÇÃO CULTURAL

Foram inúmeros os artistas e intelectuais que passaram pelo CPC e, apesar da curta existência desse movimento cultural e político, suas propostas continuaram sendo desenvolvidos por seus ex-integrantes, seja em algum nível de ativismo pessoal ou mediante a continuidade de seu trabalho artístico. Por exemplo, o casal de músicos Nora Ney e Jorge Goulart esteve entre os primeiros músicos perseguidos após o Golpe de 1964, quando ainda faziam parte do *casting* da Rádio Nacional, sendo demitidos. Além da impossibilidade de exercerem seu ofício artístico, tiveram que responder a

inquéritos militares. O casal aparece em documentação do DEOPS⁵ como vinculados ao *Partido Comunista Brasileiro*, numa suposta “base de artistas”.⁶ Já, antes do Golpe Militar, tinham seus nomes sob suspeita, como transparece na ficha de Carlos Lyra (outro músico que passou pelo CPC), no DEOPS, em que consta um abaixo-assinado de adesão ao Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, em que constam, além do nome do fichado, os de Nora e Jorge, Gianfrancesco Guarnieri (outro expressivo nome vinculado ao CPC), Mário Lago, Augusto Boal, Cartola e Carmen Silva, entre outros.⁷

A cantora Nora Ney aparece nas fichas do DEOPS com seu nome de batismo: Iracema Ferreira. Ela foi nominada em março de 1976, devido à sua participação em movimentos feministas.⁸ Contudo, a maior preocupação dos órgãos de informação e da repressão tinha origem num fato verídico, ou seja, a vinculação do casal com os grupos de esquerda, afinal, participaram do CPC, foram ligados organicamente ao PCB, tiveram passagens pela antiga URSS, Alemanha Oriental e China. Por conseguinte, eles foram os primeiros artistas brasileiros a realizar espetáculos nesses países, já a partir de 1958. Participaram dos *Encontros Mundiais da Juventude pela Paz*, em Viena, nos anos de 1960 e 1962, justamente durante o período de efervescência da UNE e do CPC.

Vale ressaltar que, segundo depoimento de Jorge Goulart a Alcir Lenharo, nesses anos, os compositores brasileiros Villa-Lobos, Camargo Guarnieri e Cláudio Santoro tinham suas produções executadas na Rádio de Moscou em pé de igualdade com os grandes compositores. Na Rússia, conheceram um músico brasileiro que partiu do Brasil à época do Golpe de 1937 - o qual inaugurou a ditadura do Estado Novo varguista. Era Tito Ramalho, amigo de Jorge Amado, que, por Jorge Goulart, enviou novas músicas para que ele aumentasse seu repertório. Esse músico fugiu da Alemanha nazista, indo para a Áustria, Polônia até se exilar na Rússia. Para completar sua “discreta” trajetória, chegou a se apresentar no *front* da Segunda Guerra (LENHARO, 1995, p. 240).

Não é gratuita nossa menção a esses músicos, pois uma das frentes escolhidas pelo CPC para o processo de dinamização cultural e conscientização política foi justamente por meio da música popular. Não foi à toa que inúmeros músicos passaram pelo movimento⁹. Afinal, o próprio conceito

⁵ Apesar do nome distinto, DEOPS é a sigla da DOPS paulista. Embora chamados de DOPS, há uma alternância do significado da sigla até mesmo na documentação oficial, como Divisão, Delegacia ou Departamento de Ordem Política e Social, que, no caso paulista, foi criado pela Lei nº. 2034, de 30 de dezembro de 1924. Em 1944, levaria o nome de Delegacia e, em 1945, de Departamento. Em 1975, passou a se chamar Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS, muito embora a lei não tenha sido modificada.

⁶ Pasta 30-C-1-24337, prontuário de Nora Ney, Arquivo do DEOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo. No mesmo documento, são elencados os músicos: Vinicius de Moraes, Toquinho, MPB-4, Chico Buarque, Edu da Gaita, Mário Lago, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Nelson Cavaquinho, Jararaca, Caetano Veloso; além dos artistas e autores de novelas: Dionísio de Azevedo, Carlos Vereza (outro notório ex-cepecista), Dias Gomes, Janete Clair, Ivani Ribeiro. Sem data ou identificação.

⁷ Pasta 30-C-22-1529, prontuário de Carlos Lyra, Arquivo do DEOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo. O documento é datado de fevereiro de 1963 e originado do antigo Estado da Guanabara.

⁸ Pasta 50-J-0-4510, prontuário de Iracema Ferreira, Arquivo do DEOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esse documento, apesar de ser datado de 1976, traz uma informação de 1963. Há que se enfatizar que essa militância vem de longa data. Já em 1961, estava associada à Liga Feminina da Guanabara, por sua vez, vinculada à FIMD – Federação Internacional de Mulheres Democráticas.

⁹ O gênero canção, aqui, neste texto, é tomado também como expressão poética, portanto, pertencente ao universo literário.

grego de *mousike* (arte das musas) já abarcava essa clara simbiose entre melodia e verso. Outra palavra ligada à música é a lírica, que vem do grego *lyrikos*, o qual sugere a lira, antigo instrumento musical de cordas. Entretanto, “[...] a união de palavra e melodia na canção moderna não é tão íntima como na *mousike* dos gregos, mas a integração dos dois elementos é essencial para que se faça de uma canção um produto estético bem sucedido” (PERRONE, 1988, p. 12). Essa intrínseca conexão entre música e poesia, séculos mais tarde, seria cultivada entre mestres cantores e os trovadores medievais. Por conseguinte, nesse período histórico mais longo, a canção já era tomada como meio de crítica social ou de apoio ao *status quo*.

A partir do século XX, a canção moderna encontrou ressonância nos meios acadêmicos e não foi diferente com os integrantes do CPC. Alçada a gênero respeitado no campo literário, principalmente a partir da década de 1950, foi também utilizada como meio de convencimento pelos estudantes, o que é bem expressado na canção de Carlos Lyra:

No longínquo ano de 1961 musicou a peça teatral "Um Americano em Brasília", de Chico de Assis e Nelson Lins e Barros. É dela a sensacional "Canção do Subdesenvolvido", parceria com Chico de Assis, que também integrou o disco "O Povo Canta", lançado para ajudar na arrecadação de verbas para a construção do teatro do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963 (MOTTA, 2018, n. p.)

A canção O Subdesenvolvido foi um marco na produção cepecista. Numa extensa letra, os autores narram a história brasileira do período colonial até a década de 1960, com humor ferino e provocativo. Produzem uma versão não oficial e bem humorada das tragédias nacionais, sem se descuidar das diferentes dominações estrangeiras que contribuíram para a existência desse país subdesenvolvido frente às “nações amigas”. Tal canção fez parte do disco compacto O Povo Canta, no qual constavam, além da canção citada: João da Silva (Billy Blanco – Refrão: Nora Ney), Canção do trilhãozinho (Carlos Lyra – Francisco de Assis), Grilheiro vem... (Rafael de Carvalho) e Zé da Silva (Geny Marcondes – Augusto Boal). Essas canções, por sua vez, também traziam a visão crítica divulgada pelo movimento estudantil, com apoio de destacados músicos e mesmo do teatrólogo Augusto Boal. De certa maneira, aproximavam-se de um discurso popular, tanto no ritmo musical (forró, samba-canção) quanto na ambientação e histórias presentes nas letras. Esses compositores novamente manejam um discurso poético crítico e irônico, criticando a influência estrangeira, a exploração de classe, a vida na favela, a fome.

CONCLUSÃO

Este texto procurou trazer à tona o valoroso trabalho desenvolvido pelos estudantes no período do pré-Golpe de 1964, caracterizando-se como o auge da organização estudantil, mediante suas inúmeras atividades organizativas, como seus Congressos, por meio de suas ações no campo da educação popular, da dinamização e da produção cultural - que desembocou no teatro, na música, na

poesia, nos contos, no cinema, no teatro de bonecos, entre outras manifestações relacionadas à produção literária de diferentes gêneros.

Vale destacar que esta pesquisa desdobrou-se basicamente sobre documentos existentes no Acervo da DOPS/PR, com produção de informações ainda no período do pré-Golpe de 1964. Tais atividades, executadas por agentes da repressão, antes mesmo da ditadura, alimentaram com informações o aparato repressivo, fazendo com que imediatamente fossem identificados os “subversivos” e os inimigos do Estado, dinamizando os processos de perseguição, prisão e maior vigilância dos estudantes mais ativos.

Por conseguinte, o material presente nos arquivos das DOPS necessita de maior valorização e compreensão, pois são fontes diferenciadas para as pesquisas na área de história da educação. Até o momento, observa-se uma frágil consciência da importância da preservação desses documentos. Inicialmente criadas com um fim persecutório, pernicioso, repressivo e representativo dos interesses das elites dominantes nacionais e regionais, esse tipo de documentação pode revelar fontes importantes para a reconstrução do passado recente do país, bem como reavivar a relevância do conhecimento do passado para a solidificação de uma sociedade que não reproduza soluções de cunho autoritário. Por outro lado, não se pode desconsiderar sua importância para a culpabilização daqueles que não apenas registraram informações técnicas e corriqueiras, mas que levaram centenas de pessoas à prisão, morte, tortura e ao desaparecimento.

Após um longo período de refluxo das organizações estudantis, assistimos a uma revigoração dos movimentos dos estudantes, como bem expressou o movimento de ocupações das escolas públicas, entre 2015 e 2016, em que se destacou o marcado protagonismo das mulheres e de adolescentes, seja participando da direção dos movimentos organizados, seja liderando núcleos que se formaram à revelia e paralelamente à estrutura tradicional do movimento estudantil. Nesses atos, o ativismo cultural esteve novamente presente e, de certo modo, fez uma ponte entre as práticas desenvolvidas, na década de 1960 e na atualidade, guardadas, obviamente, suas respectivas particularidades históricas. Num período de (re)ascensão de discursos e práticas fascistas, de enaltecimento à ignorância e desprezo ao conhecimento e à cultura, de esvaziamento de sentido das bandeiras coletivas e solidárias, a história recente pode contribuir para trazer à tona experiências passadas que valorizam o conhecimento, a solidariedade, a cultura popular, a organização, o ativismo político e cultural e que colocam novamente no centro dos processos políticos o protagonismo da juventude estudantil.

REFERÊNCIAS

1. ATAIDE, Vicente de Paula. Duas horas. In: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.
2. CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964):** encontros e desencontros entre arte, educação e política. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
3. CPC. Cartilha Uma Família Operária. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.
4. DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 15-30 jan. 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.
5. EQUIPE DE REDAÇÃO DO CPC DA UNE e adaptada pelo CPC do Paraná. Peça Auto dos 99%. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.
6. GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ªed. São Paulo: Loyola, 2011.
7. GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
8. INVERNIZZI, Hernán; GOCIOL, Judith. **Un golpe a los libros:** represión a la cultura durante la última dictadura militar. 2 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2003.
9. JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci.** São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1989.
10. JORNAL FLÂMULA. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.
11. LENHARO, Alcir. **Cantores do rádio – A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo.** Campinas: Edunicamp, 1995.

12. LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA. 1963, grifo do original. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.CI – CXXXIV.
13. MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
14. MOTTA, Carlos. **A canção do subdesenvolvido**. Jornal GGN, 25 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/blog/carlos-motta/a-cancao-do-subdesenvolvido-por-carlos-motta> Acesso em: 13 mar. 2018.
15. NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.ed. rev. e a atual. São Paulo: Cortez, 2004.
16. R.S. Novos Rumos. In: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.
17. PERRONE, Charles. **Letras e letras da MPB**. Rio de Janeiro: Elo, 1988.
18. RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Record, 2000.
19. SOSSELA, Sérgio Rubens. Apontamentos Críticos. In: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.
20. TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**:O golpe contra as reformas e a democracia. In: Revista Brasileira de História. vol.24 n.47. São Paulo, 2004.
21. UNE; UPE; DCE da UP; et. al. Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.
22. UPE, União Paranaense dos Estudantes. Panfleto: Porque Estamos em GREVE. Sem data, grifos do original. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

Ana Karine Braggio

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e tecnóloga em Estética pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Atualmente é professora temporária da UNIOESTE campus de Toledo, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), tendo experiência em Práticas de Ensino.

Alexandre Felipe Fiuza

Possui licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (1997), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutorado em História pela UNESP/ Campus de Assis (2006). Pós-Doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri (2008) e pela Universidade Complutense de Madri (2016), ambos com bolsa Capes (Pós-Doutorado e Estágio Sênior). É professor associado do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Como citar este documento:

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. A produção cultural e literária no movimento estudantil paranaense na década de 1960. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 3, p. 91-108, out. 2019. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/13774>>. Acesso em: _____.
doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v27i3.13774>.